



UMA REFLEXÃO SOBRE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL: uma reflexão sobre a primeira metade do século XX

Raclima Cristina de Oliveira Costa – UTFPR - Medianeira –
raclimacris@yahoo.com.br

Neron Alípio Cortes Berghauser – UTFPR - Medianeira –
neron@utfpr.edu.br

Linha de Pesquisa: Educação de Jovens e Adultos

RESUMO

Em toda a sua história de pouco mais de cinco séculos, o Brasil aparece como um país em que a educação raramente tomou papel de destaque na lista de itens para a promoção do desenvolvimento. Na contramão das demais nações modernas, os governantes, relegam o sistema escolar a pouco e poucos investimentos que somente são lembrados próximos aos períodos eleitorais. Manter a ignorância como forma de controle parece ser o lema de muitos governos, independente de linha ideológica e partidária. Somente nas últimas décadas é que se tem visto a demonstração de uma preocupação em investir em educação, atendendo muito mais ao clamor público do que pela iniciativa voluntária dos governantes. Se este cenário é desta forma, o que dizer do interesse público em investir na educação de adultos, já que ela pode ser vista como um investimento inútil. Vista por muito tempo no país como uma atividade sem retorno, a EJA (Educação de Jovens e Adultos) atualmente balizada pela Declaração de Hamburgo de 1997, representa uma preocupação cada dia maior, principalmente tratando-se de um país em que o jovem entra para o mercado de trabalho muito cedo para sustentar economicamente sua família. Neste sentido é de fundamental importância conhecer um pouco sobre a história desta modalidade de ensino como forma de entender e definir novas metodologias para ampliar a abrangência deste sistema de ensino. Este estudo apresenta um resgate histórico acerca da EJA no Brasil, iniciando pela presença dos jesuítas no Brasil Colônia até o período pós Regime Militar. Trata-se, portanto, de um estudo puramente bibliográfico, por meio do qual foram levantadas informações de autores e instituições que pesquisaram sobre o assunto ao longo da sua história. Procurou-se, então, não tecer comentários críticos, mantendo as versões conforme seus próprios autores, garantindo imparcialidade a cada opinião.

Palavras chave: Educação de Jovens e Adultos; Inclusão; Resgate Histórico.

1 INTRODUÇÃO

No sistema educacional brasileiro, por muito tempo, a educação de jovens e adultos foi objeto de inúmeras e intensas críticas pejorativas. Por volta da década de 1950, esta visão era fomentada pelo senso comum de que propiciava uma aprendizagem limitada e superficial, sobretudo por se tratar de

um modelo único de ensino praticado em todas as regiões do país, sem considerar as especificidades culturais, sociais, econômicas e até mesmo cognitivas dos grupos envolvidos.

A partir do início da década de 1960, começa a surgir no país um novo referencial para este sistema de ensino. O grande pensador e educador Paulo Freire, propõe uma concepção inovadora e de certa forma desafiadora para a prática pedagógica direcionada aos jovens e adultos que procuravam um melhor espaço na sociedade.

O período entre as décadas 1950 e 1960 representa para a EJA (Educação para Jovens e Adultos) uma grande revolução, apesar das inúmeras dificuldades características do sistema educacional no Brasil.

Este trabalho se propõe a apresentar um resgate histórico sobre o desenvolvimento do sistema de educação de jovens e adultos no Brasil. Trata-se da provocação para uma reflexão sobre a visão que o sistema educacional brasileiro tem representado para a educação no país. Parte-se do pressuposto que quanto maior for o conhecimento que se tem sobre determinado assunto, melhores ações para a eficiência poderão ser oferecidas.

Por esse motivo essa pesquisa traçou-se como objetivo levantar um conjunto de informações e conhecimentos acerca da evolução histórica sobre a modalidade de educação para jovens e adultos no Brasil.

A proposta foi de conhecer determinadas concepções sobre a criação e o desenvolvimento da EJA, diante dos distintos períodos políticos e econômicos pelos quais o país já passou.

Para tanto classifica-se este estudo com objetivos teóricos, com tratamento qualitativo dos dados e cujo principal instrumento para sua realização foi a bibliográfica pura.

Para o desenvolvimento do estudo foi realizado levantamento bibliográfico a respeito dos temas propostos em revistas científicas, livros, monografias, dissertações e teses. Pesquisou-se para isto obras de autores como Bonete (2005); Cardoso (2015); Correia e Lara (2007); Cunha e Góes (2002); Haddad e Di Piero (2000); Nóvoa (1995); Paiva (2003) dentre outros, além de se verificar a existência de trabalhos já publicados a respeito de temas similares. Também foram pesquisados documentos públicos que descrevem a EJA sob o aspecto legal como forma de assegurar sua prática nas escolas

nacionais. Em momento posterior ocorre a análise do material levantado quanto à conceituação do tema proposto e quanto ao desenvolvimento normal da atenção.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A educação de adultos no Brasil apresenta uma história com especificidades que acompanham toda a narrativa da própria educação que, por sua vez segue a saga dos modelos econômicos e políticos e conseqüentemente das relações de poder, dos grupos que comandam o sistema (PILETTI,1996).

Fundamentada na Declaração de Hamburgo, a preocupação com a educação voltada para adultos expressa um foco não somente na disseminação do conhecimento, mas do tratamento digno e igualitário de pessoas que por um ou outro motivo foram privados dos espaços escolares por grande parte de suas vidas. Na referida declaração, estão expressos alguns argumentos que justificam a sua criação.

A educação de adultos torna-se mais que um direito: é a chave para o século XXI; é, tanto consequência do exercício da cidadania como condição para uma plena participação na sociedade. Além do mais, é um poderoso argumento em favor do desenvolvimento ecológico sustentável, da democracia, da justiça, da igualdade entre os sexos, do desenvolvimento socioeconômico e científico, além de um requisito fundamental para a construção de um mundo onde a violência cede lugar ao diálogo e à cultura de paz baseada na justiça. (UNESCO, 1997)

Soares e Galvão (2005) apontam que, ao longo da história do país, percebe-se que a educação brasileira fatidicamente está interligada às diversas tentativas de recomposição ou sedimentação do poder político e das estruturas socioeconômicas, dentro e fora da ordem vigente, gerando uma mobilização em favor da educação do povo.

Bonete (2013) comenta que pensar na educação a partir do marco da história da educação no Brasil, refletir sobre o tema, remete inicialmente ao sistema educacional fundado pelos jesuítas. Este sistema era provido da aculturação sistemática da população nativa, modelo educacional que permaneceu em média duzentos e dez anos, e que não preteriu suas funções

como dominadores espirituais, implantou seu modelo curricular educacional de uma maneira muito eficiente, e contando com o apoio da realeza, fez maciço investimento na instrução de seus alunos.

No que tange à história da alfabetização de jovens e adultos no Brasil, Nóvoa (1995) esclarece que após a chegada dos padres jesuítas, em 1549, fase inicial da alfabetização, é fundamental observar que os primeiros sinais da educação de adultos no Brasil são perceptíveis durante o processo de colonização, e ainda, cabe ressaltar que esses tinham como objetivos a catequização e a “instrução” de adultos e adolescentes, tanto de nativos quanto de colonizadores, diferenciando apenas os objetivos para cada grupo social.

Romanelli (2000) argumenta que é de fundamental importância reconhecer que os portugueses no período colonial trouxeram um modelo educacional próprio da Europa. No que diz respeito à imposição desse sistema que ocorreu de maneira autocrática, pode-se considerar a parte cultural como uma ferramenta impositiva que visou manter e preservar os modelos culturais importados, que por si, impedem novas possibilidades de criação e inovação culturais ou modelos educacionais. Mais de cinco séculos passados desde o início deste processo e ainda se percebe a forte presença das raízes lusitanas nas estruturas escolares brasileiras, na mesma intensidade quanto os costumes permeiam por toda a sociedade.

Conforme descrito por Fernandes (1989) é importante salientar que as diversas populações indígenas que por aqui viviam por séculos, já possuíam características próprias de fazer educação. Seguindo um modelo muito exclusivo, no qual a atenção, o respeito e a tradição permeavam todo o processo de ensino e de aprendizado indígena, os habitantes originais da *terra brasilis* foram suplantados em suas práticas educativas, restando a proposta europeia imposta pelos colonizadores.

Os jesuítas, conforme afirma Paiva (2003) tiveram que desempenhar um papel importante como organizadores e promotores do sistema de educação indígena na época do Brasil colonial, adotando uma política colonizadora. Porém sua autonomia na colônia gerou o combate e a ampliação do controle, fomentando uma regressão no sistema educacional então implantado. As consequências foram um maior sofrimento para a população (diga-se elite do

povo) que sofreu com a expulsão da Ordem dos Jesuítas, já que a educação popular praticamente não existia.

A educação dos adultos indígenas, de acordo com a visão de Fernandes (1989) não tinha grande importância, pois acreditavam que o domínio das técnicas, da leitura e escrita eram desnecessárias para a população colonial, já que o modelo de vida era focado principalmente na exportação da matéria prima, não havendo assim, a necessidade de se preocupar em expandir ou melhorar a educação aos principais setores sociais da época.

A partir da vinda da família real Portuguesa para o Brasil, houve uma modificação no panorama educacional brasileiro. Assim, surgiu uma necessidade imediata relacionada à organização de sistema de ensino para atender a demanda educacional da aristocracia portuguesa e preparar quadros para as novas ocupações técnico-burocráticas (PAIVA, 2003).

Para Haddad e Di Piero (2000), ao longo do desenvolvimento da sociedade, que aos poucos foi deixando de ser colonial e se transformou em urbana e industrial, houve um aumento na necessidade de dominar o conhecimento e adquirir algumas habilidades para o trabalho, de maneira que a escola passou a assumir o papel de educar para a aprendizagem do trabalho e também para a vida.

Demonstrando-se então uma preocupação emergente sobre educação de adultos, Paiva (2003) ilustra que a primeira escola noturna surgiu em 1874 e em 1876 já existiam 117 instituições por todo o país, como nas províncias do Pará e do Maranhão, que já estabeleciam fins específicos para sua educação. Para este período cumpre lembrar que a região Sul do país era praticamente selvagem, sem qualquer tendência de ser ocupado por pioneiros.

De acordo com Nóvoa (1995) no Pará a escola assumia a principal função de dar instrução aos escravos como forma de contribuir para a sua educação. Já no Maranhão, o objetivo era que os homens do povo pudessem ter conhecimento e compreender os seus direitos e deveres como cidadãos. Percebe-se claramente que este processo ocorreu de forma incipiente sem qualquer tipo de intencionalidade com visão de futuro, promovida por órgãos do governo. Sem a menor pretensão de investir na educação por parte da sociedade o país era visto com um simples e mero espaço do qual se retira tudo e se deixa nada, nem mesmo um povo alfabetizado.

Paiva (2003) retorna à história afirmando que na década de 1910, aproximadamente até a Primeira Guerra Mundial, boa parte das discussões sobre o problema educacional da população era travado no Parlamento (por meio do debate de projetos de reforma do Município Neutro) e seus debatedores eram os principais políticos interessados nos problemas da educação. Considerando-se que deste período já se passaram 100 anos, não é de se estranhar que muito do que se vê atualmente no sistema educacional brasileiro ainda esteja carente de muitas e sérias transformações ao longo do tempo.

Conforme Piletti (1996) e Souza (2011) descrevem, as reformas educacionais da década de 1920 envolvem a educação dos adultos e simultaneamente focando em a renovação do sistema de maneira geral. Somente durante a reforma 28 do Distrito Federal ela recebe maior importância, renovando-se o ensino dos adultos na primeira metade dos anos 1930. Romanelli (2000) ainda complementa este fato ressaltando que este pode ser mais um marco para a emancipação do sistema educacional para jovens e adultos no país.

Kuenzer (2005) ilustra que devido ao fato do crescimento da urbanização e a industrialização, surgiu no país uma nova classe social, aos moldes de uma burguesia urbana. Neste cenário, é comum que novas configurações de uma classe social mais abastada economicamente sintam-se no direito de exigir mais acesso à educação, o que ocorre após a Primeira Guerra Mundial. Desta forma, neste período passam a surgir aspirações por uma educação acadêmica e elitista, enquanto que o restante, ou seja, grande parte da população continuava inferiorizada e por consequência analfabeta. Nóvoa (1995) também ilustra este fato descrevendo que esta condição não mudaria por muito tempo, mesmo porque esta parece ser uma condição conveniente para boa parte dos governantes que preferem comandar analfabetos a investir em educação e correr o risco de perder seu poder hegemônico.

Na primeira metade do século XX, o Brasil começa a ensaiar alguns distintos conceitos e debates referentes à alfabetização e/ou escolarização de adultos. De acordo com as afirmações de Piletti (1996) estes debates variam de acordo com a época e as tendências políticas que vigoram, acompanhando

as lutas ideológicas e sociais de cada período. Estes mesmos debates trazem junto com as mudanças, sérias consequências pedagógicas ao processo educativo de sujeitos que buscam tardiamente sua escolarização, seja qual tenha sido o motivo do atraso.

Soares e Galvão (2005) e também Souza (2011) alegam que as mudanças tanto sociais quanto econômicas ocorridas no Brasil nas primeiras décadas do século passado oportunizaram finalmente o início de uma consolidação, intencional ou não, de um sistema político de educação elementar no país, ocorrendo conseqüentemente, experiências significativas na área. A demanda provocada pelo processo de urbanização e industrialização exigia a ampliação da escolarização para adolescentes e adultos. Os autores elegem este período como um dos primeiros a apresentar realmente uma preocupação com a educação deste grupo de brasileiros, grupo este que aumentava exponencialmente a cada. O trabalho parecia ser o mais importante e o ensino seria somente uma dedicação para quem tinha tempo e dinheiro.

De acordo com a afirmativa de Pilleti (1996), foi durante o período republicano, principalmente de 1930 em diante, que foi construído o sistema brasileiro de educação, elaborado a partir de alguns princípios básicos, discutidos no decorrer da Primeira República e inscritos nas constituições, de modo especial a partir da constituição de 1934 que culminaram na elaboração das chamadas Leis das Diretrizes Básicas da Educação nas suas diversas formas que acompanharam as nossas leis magnas.

Soares e Galvão (2005) asseveram que um período áureo para a educação de adultos foi a década de 1940. Ocasão em que aconteceram inúmeras iniciativas políticas e pedagógicas de grande importância, tais como:

- a) a regulamentação do fundo Nacional de Ensino Primário – FNEP;
- b) a criação do INEP, incentivando e realizando estudos na área; o surgimento das primeiras obras especificamente dedicadas ao ensino supletivo;
- c) o lançamento da CEAA – Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos, que foi de fundamental importância pois a partir daí surgiu uma preocupação com a elaboração de material de didático para adultos e como consequência principal a realização de dois eventos fundamentais para a área:

- 1º Congresso Nacional de Educação de Adultos realizado em 1947, e
- Seminário Interamericano de Educação de Adultos de 1949.

Para Paiva (2003) no início dos anos 1950 e final da década de 1940, houve um aumento repentino da necessidade de promover a educação do povo para acompanhar a fase de desenvolvimento que se instalava em alguns países, dentre os quais o Brasil. As mudanças de caráter político econômico e social, geraram vontade de formar os contingentes de mão-de-obra necessários para atender a demanda do crescimento urbano e industrial. Essa exigência de alavancar e favorecer a educação e qualificação foi justificada por diversas teorias relacionadas ao aspecto político e a ampliação das bases eleitorais do país, havendo a contribuição de um incentivo externo.

Conforme as expressões de Soares e Galvão (2005), no Brasil, a real efervescência no que se refere a educação de adultos e a alfabetização de toda a população, ocorreu no final da década de 1950 e meados de 1960. O marco histórico desse período foi o II Congresso Nacional de Educação de Adultos, em que Paulo Freire, apresenta e também lidera um grupo de educadores na região Nordeste.

Paiva (2003) comenta que, mesmo havendo um envolvimento mais distanciado com o analfabetismo entre adultos, estes pensadores, liderados por Freire, defendia e apresentou como proposta, uma educação cujo foco principal concentrava-se em estimular a colaboração, a decisão, responsabilidade social e política e a participação. Esse relatório foi denominado: A Educação de Adultos e as populações Marginais: o problema dos mocambos.

Para Cunha e Góes (2002), no que se refere à educação como uma proposta nova e transformadora, não discriminatória, com o foco de promover a cidadania, é interessante salientar que a partir da década de 1960, cristãos e marxistas empenham-se em movimentos de educação de adultos enfatizando a importância da cultura popular e sua difusão. Para os autores, a questão talvez não fosse exatamente uma posição de preocupação pelo social, mas uma forma de demarcação ideológica que poderia lançar mão da educação de adultos como forma de recrutamento de novos adeptos.

De acordo com Souza (2011) e Correia e Lara (2007), a partir da visão de alguns educadores e professores houve a proposta de romper, mesmo que aos poucos, com esse conservadorismo do período e também a pensar de maneira mais audaciosa em mudanças. Era fundamental, para aqueles pensadores, trabalhar com a realidade em sala de aula e utilizá-la como uma maneira que propiciasse uma aprendizagem eficaz; aparecia no cenário o conceito de experiências pessoais como forma de ensinar e de aprender melhor. Cardoso (2015) complementa que além disto, era premissa destes grupos, que a valorização das vivências das pessoas tornava-se parte imprescindível para a condução de um aprender mais concreto e rápido, distanciando-se por completo dos modelos pedagógicos tradicionais e clássicos que não conseguiam apresentar resultados aceitáveis para a época.

Cunha e Góes (2002) argumentam que, quando se fala sobre a crise educacional das décadas 1950 - 1960, um número significativo de professores e pesquisadores surge com seus olhares diferenciados para o mundo e começa a estudá-lo com mais afeição e preocupação. Portanto, essas décadas foram significativamente marcadas por projetos voltados à alfabetização de jovens e adultos, em que os objetivos principais se voltavam em capacitar o povo brasileiro para uma participação muito mais ativa na vida social e política do país. De certa forma esperava-se que isto pudesse propiciar um crescimento econômico do país, mas não que este fosse o resultado principal, mas uma consequência lógica e evidente da evolução intelectual de um grupo.

Machado (2001) comenta que a partir deste período, surge a conscientização de que a educação deveria configurar-se como uma prática em que a autonomia teria que ser uma condição *sine qua non*, e começa a se pensar em uma escola moderna na qual haja espaços para trocas de saberes, que busque integrar comunidade e movimentos populares na construção de sua identidade. Cunha e Góes (2002) comentam que se passa agora a considerar o cuidado com ambientes em que não se reproduza simplesmente os interesses da classe dominante, focando em formar pessoas críticas e capazes de pensar, conscientes de seus direitos, curiosas por descobrir e conhecer coisas novas, ensinado que a escola deve ser um local democrático para aprender e exercer a cidadania.

Conforme ilustra Romanelli (2000), a proposta de uma educação para todos partia da ideia de que a escola foi percebida como um instrumento capaz de promover a reapropriação do conhecimento que busca possibilitar, a inserção do indivíduo na sociedade. Era premissa, então, dos idealizadores da educação de adultos que, por meio deste próprio conhecimento, seria possível acreditar em um mundo mais justo concebendo-se como meta a criação de uma educação transformadora.

Piletti (1996) e Kuenzer (2005) comentam que mudanças políticas e econômicas interferiram muito em todo o processo educacional brasileiro, no período seguinte, e, diante da implantação do regime militar, a Educação de Adultos passa a ser configurada por meio de outras iniciativas governamentais, cujo foco destoava daquele até então vigente.

Haddad e Di Piero (2000) esclarecem que após a implantação do regime militar, pouco se fez pela alfabetização da população, e a educação de adultos sofreu uma estagnação pedagógica e política, tornando-se sem importância, vazia e superficial. Este período, é descrito pelos autores com um grande hiato no sistema educacional para jovens e adultos, resultando em um atraso com prejuízos incalculáveis para a sociedade. Cunha e Góes (2002) e Correia e Lara (2007) salientam que, durante a década de 1980, com a democratização do país, surge uma nova concepção para a modalidade de educação de jovens e adultos, que é criada a partir da Constituição Federal de 1988 e com a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional de 1996.

Cardoso (2015) e Paiva (2003) comentam que os avanços mais importantes e profundos no campo da educação de jovens e adultos, foi permitido devido à constituição federal promulgada em 1988. De acordo com o seu artigo 208, a educação passa a ser direito de todos, independentemente de idade, e nas disposições transitórias, estabelecendo recursos orçamentários e criando metas com o objetivo principal e erradicar o analfabetismo no país (BRASIL, 1988). Para todos aqueles que não tiveram acesso à escolaridade básica, o governo manteve o ensino público gratuito, independente da idade, igualando a educação de jovens e adultos no mesmo patamar da educação infantil, buscando se redimir e reconhecer que durante um longo período a sociedade fugiu de sua responsabilidade de buscar garantir o ensino básico para todos na idade adequada. (CUNHA e GÓES, 2002)

Conforme afirmam Haddad e Di Piero (2000) e Piletti (1996), ao chegar a década de 1990, as políticas públicas educacionais eram pouco favoráveis nesse setor, apesar do artigo descrito na constituição afirmar que “[...] era um direito de todos”, os programas ofertados após o ano de 1988, estiveram longe de atender a demanda populacional e oferecer os direitos aos cidadãos. Somente poucos estados, apresentaram grupos com história política voltada para educação da população, e se preocupavam em possibilitar melhoras, firmando perspectivas educacionais, e a participação popular.

Tratando-se do papel do professor dedicado ao EJA, Haddad (2000) e Gentil (2005) argumentam que, para existir uma prática pedagógica adequada e que possa atender às necessidades de aprendizagem de jovens e adultos, é imprescindível ao docente dominar as peculiaridades características da prática pedagógica, permitindo-lhe posicionar-se de forma crítica diante destas necessidades. Souza (2011, p.113) complementa este pensamento ao afirmar que:

[...] a abordagem tradicional identifica o aluno como parte de um mundo que irá conhecer, existe a preocupação com a armazenagem de conhecimentos, a educação restringe-se a instrução e a transmissão do conteúdo, os alunos são instruídos pelos professores, há uma relação vertical entre professores e alunos, existe predomínio da metodologia expositiva e a avaliação é concedida como verificação da memorização dos conteúdos. Essas são as características da concepção bancária de educação tão criticada por Paulo Freire.(...) nessa concepção tradicional de ensino, a alfabetização de adultos é caracterizada como semelhante à educação das crianças, e possa a existir uma preocupação excessiva com as técnicas de ensino; os conteúdos são descolocados da realidade social dos educandos; há distanciamento entre professor e aluno, bem como uma concepção técnica da oralidade, da escrita e da leitura, sendo estas últimas compreendidas como processo de decodificação de símbolos.

Sob o ponto de vista legal, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996) assume que a educação de jovens e adultos se configura com uma modalidade incluída na educação básica e possui um currículo próprio, planejado de forma a se adaptar às especificidades inerentes àquele público. A partir da referida lei, Souza (2011) argumenta que se incentivou a promoção de encontros por todo o país, na procura de definição de caminhos sobre este tema e por encaminhamentos pedagógicos adaptáveis a esta modalidade de ensino. Com a realização destes eventos foram trazidos

a superfície os ensinamentos e reflexões de Paulo Freire sobre o ato de ensinar e aprender por meio das experiências vivenciadas no dia a dia como forma mais concreta de promover a educação.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao se resgatar e analisar as informações aqui descritas, na qual se procurou promover uma reflexão sobre a importância e a necessidade da EJA para a formação do cidadão, constata-se a que, superar as condições que impedem o acesso à escrita e à leitura foi um dos grandes desafios para diferentes momentos histórico.

Torna-se claro, portanto, inferir que, para haver desenvolvimento, é fundamental que toda forma de pobreza e exclusão social deve ser eliminada, e para isto, é necessário erradicar o analfabetismo. Conseqüentemente diante disso tudo é fundamental saber e entender que é preciso pensar em uma educação que garanta a qualidade, pois, aprender a decodificar e ter posse do comprovante de escolarização não é o suficiente. O mais importante é interpretar, analisar, conhecer, acrescentar, entender e, por fim, participar, interagindo em seu meio social de maneira livre, e isso é o que deve ser problematizado, levando o cidadão a avançar nas suas necessidades pessoais e profissionais.

Dentro desse ponto de vista, Romanelli (2000) enaltece os comentários de Paulo Freire acerca da importância da educação como um espaço de construção e de novas esperanças, rumo às lutas mais amplas, de forma que ninguém seja excluído.

Desde a publicação da Declaração de Hamburgo (UNESCO. 1997) percebe-se o surgimento de uma preocupação com a escolarização de adultos por todo o mundo. Aparentemente esta é uma demonstração da consciência por parte de alguns governos de que, a ignorância pode ser usada como uma ferramenta para o controle, e para a estagnação do desenvolvimento social e econômico. Poucas são hoje as demonstrações de governos que procuram manter o analfabetismo como prática controladora, espera-se que esta realidade se intensifique ainda mais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Comparando-se os descritos dos autores apresentados anteriormente, entende-se que o Brasil, por séculos, entendeu que uma educação voltada para pessoas adultas seria sinônimo de gastos desnecessários. À contra direção de países mais avançados, jovens e adultos brasileiros permaneceram produzindo em suas atividades laborais por décadas, sem mesmo acreditarem que tinham direito de aprender e conhecer mais do que a simples tarefa diária de seus trabalhos.

Neste descritivo cronológico de poucas e parcas mudanças que sequer podem ser chamadas de transformações profundas, houve um crescimento do clamor popular pelos direitos sociais, econômicos e políticos. Neste cenário, há que se presumir que há a necessidade urgente de melhorar e ampliar a educação do jovem e do adulto dando-lhes direito e dignidade de se tornar um cidadão pleno e conhecedor de seus direitos e deveres. Como profissionais da educação ou como pessoas sujeitas da história envolvidas na educação como um ato político, temos que nos questionar e refletir: Que educação queremos vivenciar? O que queremos com a Educação de Jovens e Adultos? Qual sua intenção?

Desejamos uma educação que sirva unicamente como uma fonte preparatória para o mercado de trabalho ou queremos que pessoas também reflitam sobre sua situação social e do país? Queremos sujeitos pensantes, críticos ou pessoas que são alienadas de seus direitos? Exemplificando de ter uma vida digna. A que e a quem a educação, de forma geral, está servindo? Penso que, como indivíduos somos capazes de mudar a situação em que nos encontramos.

Diante de alguns fatos históricos como estes percorridos neste artigo, podemos analisar de maneira breve nossas ações educativas atuais, através da história, que como nação vivemos. Temos que buscar novas perspectivas e refletir sobre o que deu certo em nosso processo educacional e o que foi apenas uma tentativa que não obteve sucesso.

REFERÊNCIAS

BONETE, Wilian. Alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a História: entre significados e representações. **História & Ensino**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 261-284, jul./dez. 2013. Disponível em < <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/15474/14156>>, acesso em 22/ago/2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Proposta curricular para educação de Jovens e Adultos**, 2002.

CARDOSO, Ana Lucia Tomaz. **A Educação de Jovens e Adultos e o mundo do trabalho**. Disponível em < http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/18155/18155_3.PDF>, acesso em 27/ago/2015.

CORREIA, Jorge Luiz; LARA, Ângela Mara de Barros. **A Política para a Educação de Jovens e Adultos no Paraná do Governo Lerner**. 2007. Disponível em < <http://www.simposioestadopoliticas.ufu.br/imagens/anais/pdf/EC07>> , acesso em 15/ago/2015.

CUNHA, Luiz Antonio. Roda Viva. In: CUNHA, Luiz Antonio (org), GÓES, Moacir de (org) 11º ed. **O Golpe na Educação**. Ed. Jorge Zahar, 2002.

FERNANDES, Florestan. **A Organização Social dos Tupinambás**. Brasília: Hucitec, 1989.

GENTIL, Viviane Kanitz. EJA: Contexto histórico e desafios da formação docente. 2005. **Pesquisa e Práticas Educativas**. Cereja – Centro de Referência em Educação de Jovens e Adultos. <www.cereja.org.br>, acesso em 11/ago/2015.

HADDAD, Sergio. DI PIERO, Maria Clara. Escolarização de Jovens e Adultos. **Revista Brasileira de Educação**. Nº 14. p. 108-130. 2000.

HADDAD, Sérgio. Estado da arte da Educação de Jovens e Adultos. 23ª **Reunião Anual da ANPEd**: Anais, Caxambu-MG, 2000.

KUENZER, Acácia Zeneida. Exclusão incluyente e inclusão excluyente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luis (Orgs.). **Capitalismo, trabalho e educação**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2005. p. 77-96.

MACHADO, Maria Margarida. Formação de professores de EJA: como as pesquisas tratam este tema? **Revista de Educação de Jovens e Adultos**, São Paulo, n. 13, dez. 2001, p. 19-28.

MOURA, Tania Maria de Melo. **A Prática Pedagógica dos Alfabetizadores de Jovens e Adultos**: Contribuições de Freire, Ferreiro e Vygostsky. 3. ed. Maceió: EDUFAL, 2004.

NÓVOA, Antônio. **Professor e sua formação**. São Paulo: Dom Quixote, 1995.

PAIVA, Vanilda Pereira. História da **Educação Popular no Brasil**: educação popular e educação de adultos. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

PARANÁ. **Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos** - DCEJA. Secretaria do Estado da Educação – SEED. Curitiba, PR. 2006.

PEREIRA, Dulcineia de Fátima Ferreira. Revisitar Paulo Freire: **Uma Possibilidade de Reencantar a Educação**. Tese de Doutorado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

PILETTI, Claudino. **Filosofia da educação**. São Paulo: Ática, 1997

PILETTI, Nelson. **História da Educação no Brasil**. 6º ed. São Paulo: Ática, 1996.

ROMANELLI, Otaíza. **História da Educação no Brasil**. 24º ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

SOARES, Leôncio; e GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Uma história da alfabetização de adultos no Brasil. In: STEPHANOU, Maria, BASTOS, Maria Helena Câmara (Org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil** (vol. III, século XX). Petrópolis: Vozes, 2005, p. 257-277.

SOUZA, M. **Educação de Jovens e Adultos**. Curitiba: IBPEX, 2011.

UNESCO. Conferência Internacional sobre a educação de adultos. **Declaração de Hamburgo**: agenda para o futuro. Alemanha, 1997.